



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA -PE

Documento Assinado Digitalmente por: MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO, JORDALINO CAVALCANTE NETO
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: dde6f1cb-6495-43e7-948a-c72ce139d4ec



Relatório do Controle Interno Prestação de Contas 2018



Sumário

- RELATÓRIO

1.1 – INFORMAÇÕES	2
1.2 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE GESTORA.....	2
1.3 – GESTOR.....	2
2 – INTRODUÇÃO E OBJETIVO.....	3
3 – ÁREAS ABRANGIDAS	3
1. Orçamentária e Financeira.....	3
2. Licitações e Contratos.....	3
3. Transparência Pública	3
4 – ALCANCES, PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS.....	3
5 – RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO.....	5
6 – DO REPASSE DO DUODÉCIMO	6
7 – DA DESPESA PÚBLICA.....	7
7.1 – DA DESPESA COM EDUCAÇÃO	7
7.2 – DA DESPESA COMA SAÚDE	7
7.3 – DA DESPESA COM PESSOAL.....	10
7.4 – DA DESPESA COM PREVIÊNCIA.....	10
7.5 – DOS CONTRATOS E LICITAÇÕES.....	12
8 - OBRAS REALIZADAS.....	16
9 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	16
10 - DA DOCUMENTAÇÃO MENSAL.....	17
11 - DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	17
12 - GESTÃO PATRIMONIAL.....	17
13 – DECRETO LEI N.º 200/67	18
14 - EXTRAPOLANDO AS DETERMINAÇÕES LEGAIS	18
15 - ATUALIZAÇÃO NORMATIVA e METODOLOGIA.....	19
16 – TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	19
17 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES.....	20



1 - RELATÓRIO

1.1 – INFORMAÇÕES:

• **Natureza do trabalho:** Examinar os trabalho referentes a prestação de contas do exercício de 2018

• **Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Terezinha-PE, inscrita no CNPJ Nº11.286.366/0001-94, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, S/N, Centro, Terezinha-PE, CEP nº 55305.000.

• **Gestor:** Matheus Emídio de Barros Calado

• **Gestão:** 2017 a 2020

1.2 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE GESTORA

DENOMINAÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA ENDEREÇO: AVENIDA GETULIO VARGAS, N.º 0 – CEP: 55325-000

1.3 – GESTOR:

NOME: MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO

GESTÃO: 2017 A 2020



2 – INTRODUÇÃO E OBJETIVO

Em cumprimento as Resoluções T.C. Nº 47/2018 e 28/2018, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, que estabeleceram normas relativas à composição das contas anuais das Prefeituras Municipais, das entidades da Administração Indireta Municipal e Fundos Especiais, procedemos ao exame da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Terezinha, referente ao exercício de 2018, objetivando verificar a regularidade da execução orçamentária e financeira, o cumprimento das disposições legais e a fidedignidade da prestação de contas.

Vale salientar que, assumi o cargo, tendo início no dia 01/08/2018 e a presente data, assim nas atividades anteriores a este período são responsáveis por responsabilidade pelo Controlador anterior, Dr. Renato Vasconcelos Curêlo.

3 – ÁREAS ABRANGIDAS

1. Orçamentária e Financeira:

- 1.1 – Recursos;
- 1.2 – Despesas;
- 1.3 – Restos a Pagar;
- 1.4 – Adiantamento;
- 1.5 - Obras Realizadas;

2. Licitações e Contratos

3. Transparência Pública

4 – ALCANCES, PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS

4.1.1 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas e procedimentos de Auditoria Governamental de aceitação geral no Brasil, as quais são compatíveis com as emanadas pela INTOSAI – Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores.

No transcurso desta auditoria, foram utilizados principalmente os seguintes procedimentos:



- Verificação da formalização do processo;
- Análise dos demonstrativos contábeis;
- Levantamento de dados orçamentários e financeiros no Demonstrativo de Receita/Despesa e Razão, em confronto com a documentação constante no processo de prestação de contas e Supervisão;
- Conferência dos recursos repassados;
- Exame das licitações;
- Exame orçamentário e financeiro da despesa;
- Acompanhamento das providências adotadas quanto às recomendações do TCE/PE, e deste Controle Interno.

4.12 - Utilizamos como fonte de critérios:

- Lei Federal n.º 4.320/64 – Normas Gerais de Direito Financeiro;
- Lei Federal n.º 8.666/93 – Normas de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Lei Municipal n.º 2.177/08 – Plano Plurianual 2006/2009;
- Lei Municipal n.º 2.413/2011 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Lei Municipal n.º 2.441/2012 – Lei Orçamentária Anual;
- Decreto Lei n.º 200/67
- Portaria conjunta n.º03 de 15 de outubro de 2008 - Manual de procedimentos de receitas e de despesas na administração pública;
- Sistema SAGRES

5 – RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO



Com fulcro no artigo 70 da Constituição Federal, artigo 75 da lei Federal nº 4.320/64, Decreto Lei 200/67 e ainda considerando a Resolução TC nº 01/2009 do egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Exibimos o Relatório de Controle Interno, parte integrante da Prestação de Contas de 2018.

Na qualidade de responsável pelo Órgão da Controladoria Interna do Poder Executivo Municipal de Terezinha Estado de Pernambuco, em conformidade com o previsto no Artigo 74 da Constituição Federal; Artigo 59 da Lei Complementar n. 101, de 04/05/2000, e, nos termos dispostos na Resolução n. 001/2009 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Estamos apresentando o presente Relatório de Controle Interno, referente ao **Ano de 2018**, da responsabilidade de Matheus Emídio de Barros Calado – Prefeito.

A eficiência pode ser definida como: “Critério de desempenho; é a otimização dos recursos disponíveis, através da utilização de métodos, técnicas e normas, visando o menor esforço e ao menor custo na execução das tarefas”.

A eficácia, diz respeito ao atingimento de objetivos e metas.

A efetividade é um conceito fundamental para este Controle Interno, e refere-se à preocupação da organização com seu relacionamento externo, sua sobrevivência e atendimento das necessidades sociais, pressupondo ainda certo grau de eficiência e eficácia.

A literatura sobre accountability, no Brasil, procura enfatizar a preocupação acerca da eficácia dos mecanismos de controle de fiscalização e punição das ações ilícitas praticadas pelos agentes políticos no exercício de suas funções.

Os principais objetivos estabelecidos pela accountability estariam relacionados ao controle e fiscalização das decisões políticas. Assim, este controle interno buscou os conceitos mais modernos existentes em nossa literatura e buscou adequar o funcionamento institucional às “boas práticas” de condução no Executivo Municipal.

Em função do acompanhamento concomitante pelo Controle Interno do Executivo do Município de Terezinha, e considerando a legislação pertinente, optou-se por atender cada determinação colacionadas em variados mandamentos legais.

Lei Federal n. 4.320/64, artigo 75:

I – “a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.”



6 – DO REPASSE DO DUODÉCIMO

6.1 - O controle Interno conferiu, concomitantemente, a legalidade do repasse do duodécimo referente aos meses de janeiro a dezembro/18, efetuado pelo Executivo Municipal, em conformidade com o artigo 29-A, Inciso III da Constituição Federal, bem como com os ditames contidos nos artigos 11 a 14 da LC 101/00. Assim, constatou-se que efetivamente o Executivo repassou, dos recursos dotados em Lei Orçamentaria Anual, a título de duodécimo o montante de **R\$ 982.468,56 (novecentos e oitenta e dois mil quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos):**

JANEIRO	R\$ 69.926,00
FEVEREIRO	R\$ 67.838,76
MARÇO	R\$ 68.882,38
ABRIL	R\$ 68.882,38
MAIO	R\$ 68.882,38
JUNHO	R\$ 68.882,38
JULHO	R\$ 68.882,38
AGOSTO	R\$ 68.882,38
SETEMBRO	R\$ 68.882,38
OUTUBRO	R\$ 68.882,38
NOVEMBRO	R\$ 68.882,38
DEZEMBRO	R\$ 68.882,38

VII – “análise de observância do disposto do art. 29-A da constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo.”

6.2- O município de Terezinha atendeu ao disposto no art. 29 – A da Constituição Federal e efetivou nos meses de janeiro a dezembro de 2018.

6.3 O Controle Interno considerou como base de cálculo as seguintes receitas efetivamente realizada no ano anterior: o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153, art. 158 e 159 da Constituição Federal.

6.4- No mês de fevereiro, o município realizou o pagamento a menor da diferença do para os mes de janeiro. No valor de 1.073,62 (um mil, setenta e três reais e sessenta e dois centavos).



7 – DA DESPESA PÚBLICA

7.0 - Em relação à despesa pública, nascimento ou extinção de direitos e obrigações, verificaram-se ao longo do exercício, diversas normatizações legais, inclusive do Município, sempre combinados com os artigos 15 a 31, 38, 40, 42 a 46, 48 a 50, 62 a 63, 70 a 72 da LC 101/00.

II. II – “o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços”.

7.0.1 - Como o Orçamento, no caso brasileiro, não é impositivo e sim autorizativo em relação a este inciso, o Controle Interno observou a compatibilidade entre os programas, projetos e atividades, criados no Plano Plurianual, a correta autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias e respectiva implementação na Lei Orçamentária Anual.

7.0.2 - Todos os programas de trabalho executados **nos meses de Janeiro a dezembro de 2018** foram devidamente criados no PPA e autorizados na LDO.

7.1 – DA DESPESA COM EDUCAÇÃO

ASPECTOS FINANCEIROS

Quanto ao índice constitucional, verifica-se, através do RREO, 6º bimestre, a receita do Fundeb foi R\$ 4.856.192,30; o total de despesas para fins de limite com as respectivas deduções, totalizaram um valor de R\$ 4.681.099,04, o que corresponde ao atendimento mínimo constitucional de 37,27%.

Segundo o RREO, 6º bimestre o total de despesas do FUNDEB para fins de limite foi de R\$ 3.414.305,02, alcançando o percentual de 67,08% do recursos destinado a Remuneração de Magistério.

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Valor Apurado Até o Bimestre	Apuração das Despesas com Ensino	
		Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	4.681.099,04	25,00	37,27
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	3.414.305,02	60,00	67,08
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

7.2 – DA DESPESA COM A SAÚDE

Quanto ao índice constitucional,; o total de despesas para fins de limite com as

respectivas deduções, totalizaram um valor de R\$ 2.342.839,95, o que corre atendimento mínimo constitucional de 19,82%.



As despesas com Saúde (Por Subfunção) demonstra que o município utiliza 51,25% de seus recursos para custear a Atenção Básica, seguidos da Assistência Hospitalar e Ambulatorial de 24,92%.

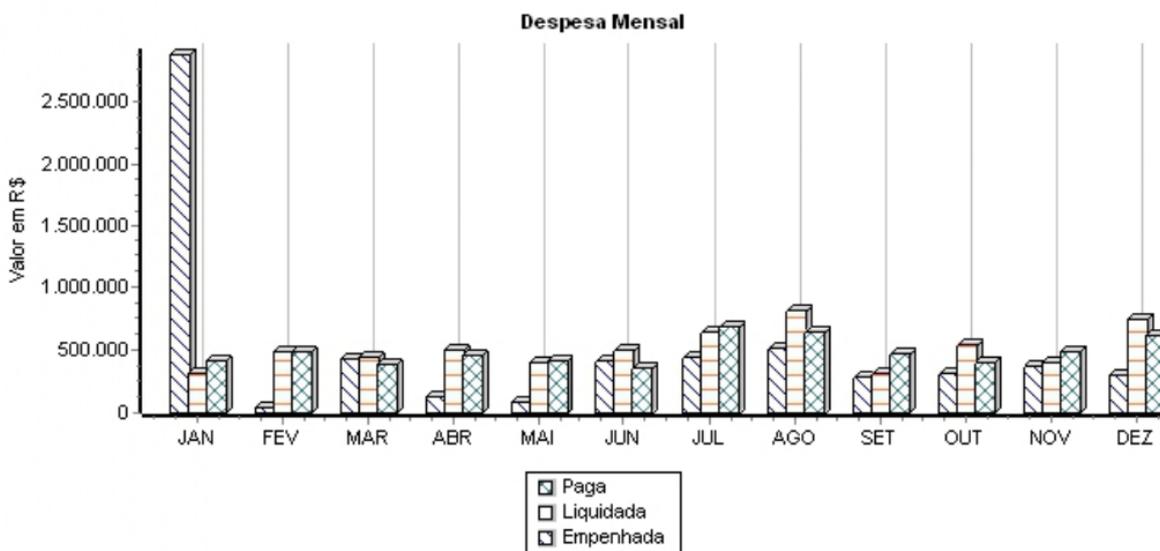
RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	2.342.839,95	15,00	19,82



FONTE DE RECURSO	ARRECADADA
01-00 Recursos Ordinarios	2.440.660,00
05-00 Recursos Ordinarios	3.241.980,50
TOTAL	5.682.640,50

Documento Assinado Digitalmente por: MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO, JORDALINO CAVALCANTE NETO
 Acesso em: http://cece/ce/pe/905/bt/ep/validaDoc.seam Código do documento: dde6f6cb-6495-43e7-948a-c72e13944e58

DESPESA MENSAL


MES	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA
JAN	2.870.274,81	316.367,80	409.789,96
FEV	45.348,51	481.411,58	485.299,18
MAR	425.821,08	446.744,83	388.850,26
ABR	135.597,59	505.231,89	465.774,37
MAI	80.693,12	402.230,40	422.829,41
JUN	410.736,74	503.883,76	363.752,07
JUL	449.822,47	643.290,00	692.986,33
AGO	523.190,26	819.803,49	648.141,03
SET	292.468,48	320.309,69	479.118,02
OUT	318.538,18	546.739,17	405.384,62
NOV	370.450,20	406.035,41	482.421,26
DEZ	302.183,00	746.752,58	612.369,27
TOTAL	6.225.124,44	6.138.800,60	5.856.715,78



73 – DA DESPESA COM PESSOAL

Verificamos que a despesa total com pessoal em 2018 foi no montante de R\$ 14.799.268,50 o que representa 59,23% da receita corrente líquida que foi de R\$ 24.987.204,61, ultrapassando o limite prudencial de 51,3% e também o Limite máximo permitido que é de 54%. Em cumprimento às disposições regimentais, o Controle Interno procedeu à análise do Relatório de atividade e à prestação de contas, constatando sua fidedignidade com as informações contidas nas peças apreciadas e a sua conformidade com a legislação e normas vigentes, Lei Federal n.º 4.320/64 de 17 de março de 1964 e a Lei Complementar n.º 101/2000, sendo que as informações foram obtidas através do relatório de gestão fiscal incluído nesta prestação de contas.

A análise compreendeu, ainda, com base no disposto no art. 54, parágrafo único da lei complementar 101/00, os Relatórios de Gestão Fiscal correspondentes aos três quadrimestres de 2018, sobre os Demonstrativos da Despesa com Pessoal, os Demonstrativos de Disponibilidade de Caixa e os Demonstrativos de Restos a Pagar, constatamos que foram elaborados em conformidade com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e da norma emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional, pela Portaria n.º 577 de 15 de outubro de 2008, que aprova a 1ª edição do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais. Saliente-se que as despesas de pessoal e encargos encontram-se pouco acima do Limite legal permitido.

Recomendação:

Portanto determina-se que sejam adotadas medidas pela Administração para cumprir o limite previsto em lei, com fundamento nos artigos 54 e 55 da lei complementar n.º 101/2000, considerando a Receita Corrente Líquida para que no exercício de 2019 seja cumprido o Limite permitido.

74 – DOS REPARES PREVIDENCIÁRIOS

Essa auditoria constatou a seguinte situação dos repasses previdenciários:

Do Regime Geral:

Prefeitura	SEGURADOS	JUROS SEG PAGO	PATRONAL	JUROS PAGO
DEVIDO	230.249,15		589.083,09	
PAGO	218.037,75	18.063,96	246.304,10	41.110,74
TOTAL A PAGAR	12.211,40		342.778,99	



F. SAÚDE	SEGURADOS	JUROS SEG PAGO	PATRONAL	JUROS PAGO
DEVIDO	138.252,20		381.716,60	
PAGO	146.847,76	14.391,55	26.832,86	
TOTAL A PAGAR	12.211,40 – A RECEBER		354.883,74	

F. ASSISTÊNCIA	SEGURADOS	JUROS SEG PAGO	PATRONAL	JUROS PAGO
DEVIDO	38.739,40		97.592,05	
PAGO	0,0			
TOTAL A PAGAR	38.739,40		97.592,05	

TOTAL GERAL INSS A PAGAR:

R\$ 38.739,40 (SEGURADOS)

R\$ 795.254,78(PATRONAL)

REGIME PRÓPRIO – RPPS

Prefeitura	SEGURADOS	JUROS SEG PAGO	PATRONAL	JUROS PAGO
DEVIDO	281.720,37		714.710,47	
PAGO	255.678,82		620.250,96	
TOTAL A PAGAR	26.041,55		94.459,51	

F. SAÚDE	SEGURADOS	JUROS SEG PAGO	PATRONAL	JUROS PAGO
DEVIDO	41.606,84		79.761,79	
PAGO	32.836,39		68.307,26	
TOTAL A PAGAR	8.770,45		11.454,53	

F. ASSISTÊNCIA	SEGURADOS	JUROS SEG PAGO	PATRONAL	JUROS PAGO
DEVIDO	943,80		2.458,93	
PAGO	1090,00		2.478,83	
TOTAL A PAGAR	1.515,13		19,90	

TOTAL GERAL PREVIDÊNCIA PRÓPRIA A PAGAR:

R\$ 33.296,87 (SEGURADOS)

R\$ 105.894,14 (PATRONAL)

Foi informado a Administração, a situação dos repasses ao INSS e ao IPSET, ficando assim o Gestor e os Secretários inteirados desta obrigação e da responsabilidade junto aos Fundos de Previdência.



75 - DOS CONTRATOS E LICITAÇÕES

Verificamos que, todas as aquisições e contratações necessárias à operacionalização das atividades das unidades orçamentárias foram precedidas de licitações e contratos, sendo publicados e divulgados conforme determinação da lei e inseridos no sistemas SAGRES conforme resolução do Tribunal de Contas.

Prefeitura Municipal de Terezinha

Nº Proc. / Ano	Mod. Nº / Ano	Portaria	Critério Julgamento	Objeto	Objeto Conforme Edital	SRP	Estágio/ Situação	Licitantes Vencedores	Valor Gl. Licit.(R\$)
30/2018	Pregão Presencial - 12/2018	2/2018		Peças e Acessórios Para Veículos	PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS EM GERAL: ÁGUA DESTILADA, AMORTECEDORES, BATERIAS, BORRACHAS, BUZINA, CABOS DE ACELERADOR, CABOS DE EMBREAGEM, CÂMARA DE AR, CARBURADOR COMPLETO, CIFA, COLAR DE EMBREAGEM, CONDENSADOR E PLATINADO, CORREIAS, DISCO DE EMBREAGEM, IGNIÇÃO, JUNTA HOMOCINETICA, LAMPADAS E LANTERNAS PARA VEÍCULOS, LÔNAS E PASTILHAS DE FREIO, MANGUEIRAS, MATERIAL UTILIZADO EM LANTERNAGEM E PINTURA, MOTOR DE REPOSIÇÃO, PARA-BRISA, PARA-CHOQUE, PLATO, PNEUS, REPAROS, RETENTORES, RETROVISORES, ROLAMENTOS, TAPETES, VALVULA DA MARCHA-LENTA ETERMOSTÁTICA, VELAS E AFINS, ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS QUE POSSAM SER DESINCORPORADOS, SEM PREJUÍZO DOS MESMOS PARA APLICACAO EM OUTRO VEICULO, TAIS COMO: AR CONDICIONADO - CAPOTA, RADIO/TOCA-FITA PEÇAS EM GERAL	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	JD AUTO PEÇAS LTDA	488.997,55
29/2018	Convite - 2/2018	2/2018	Menor Preço	Serviços de Instalação, Produção, Montagem e Desmontagem de Estruturas Para Realização de Eventos.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURA PARA AS FESTIVIDADES DE SANTA TEREZINHA NO MUNICIPIO.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	DS MUSIC SHOWS E EVENTOS LTDA ME	28.300,00
28/2018	Tomada de	2/2018	Menor Preço	Obras	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE	Não	Processo	CPM CONSTRUTORA	1.009.193,13
	Preços - 9/2018				ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO OLÍMPICO DO MUNICIPIO.		Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	LTDA-EPP	
27/2018	Tomada de Preços - 8/2018	2/2018	Menor Preço	Obras	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO CENTRO SOCIAL URBANO LOURIVAL VENANCIO CALADO PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	CPM CONSTRUTORA LTDA-EPP	616.591,38
26/2018	Tomada de Preços - 7/2018	2/2018	Menor Preço	Obras	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTACAO EM PARALELEPIPEDOS DE DIVERSA RUAS DO MUNICIPIO.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	SUICA DO AGRESTE EMPREENDIMENTOS LTDA-ME	632.380,23
25/2018	Tomada de Preços - 8/2018	2/2018	Menor Preço	Obras	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS DESCORBERTAS EM ESCOLAS DA ZONA RURAL DO MUNICIPIO.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	SUICA DO AGRESTE EMPREENDIMENTOS LTDA-ME	593.905,64
24/2018	Convite - 1/2018	2/2018	Menor Preço	Serviço	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE ARQUETETURA E ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E PROJETOS COMPLEMENTARES, INCLUSIVE ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO BÁSICO E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	GIRLENO ALVES DE ALMEIDA	45.400,00
23/2018	Pregão Presencial - 11/2018	2/2018		Veículos Automotivos	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA, TAIS COMO: AMBULANCIA, AUTOMÓVEL, BASCULANTE, CACAMBA, CAMINHÃO, CARRO-FORTE, CONSULTÓRIO VOLANTE, FURGAO, LAMBRETA, MICROÔNIBUS, MOTOCICLETA, ÔNIBUS, RABECAO, VASSOURA MECÂNICA, VEICULO COLETOE DE LIXO E AFINS.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	GVEL GARANHUNS VEICULOS LIMITADA	132.000,00
22/2018	Leilão - 2/2018	2/2018		Alienação de Bens Móveis em Geral	Alienação de bens móveis em geral, tais como: veículos, bens inservíveis, sucatas, entre outros.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	JOSE VILMARIO RODRIGUES DA SILVA	25.000,00
21/2018	Tomada de Preços - 5/2018	2/2018	Menor Preço	Obras	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DO CENTRO SOCIAL URBANO.	Não	Edital Publicado / Processo Revogado		
20/2018	Pregão Presencial - 10/2018	2/2018		Combustíveis e Lubrificantes	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTE, ENTRE OUTROS: ALCOOL, CARBURETO, CARVÃO, GLP, GASOLINA, QUEROSENE, ÓLEO COMBUSTÍVEL, ÓLEO E GRAXA LUBRIFICANTE, ÓLEO HIDRAULICO, OXIGENIO PARA OFICINAS, ETC.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	BREJÃO COMÉRCIO DE PETROLEO LTDA ME	361.855,00



19/2018	Pregão Presencial - 9/2018	2/2018	Menor Preço	Manutenção e Conservação de Veículos	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA LAVAGEM DOS VEÍCULOS MUNICIPAIS.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	JOSÉ MARCELO ALEXANDRE DA SILVA	80.136,00
18/2018	Inexigibilidade - 4/2018	2/2018		Serviços Prestados Por Profissional do Setor Artístico	CONTRATAÇÃO DO SHOW MUSICAL DE SILVANIA E PAULINHA, PARA ANIMAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE ENCERRAMENTO DOS FESTEJOS JUNINOS.	Não	Edital Publicado / Processo Revogado		
17/2018	Pregão Presencial - 8/2018	2/2018	Menor Preço	Locação de Veículos	CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO.	Não	Edital Publicado / Processo Revogado		
16/2018	Regime Diferenciado de Contratações (RDC) - 2/2018	2/2018		Gêneros Alimentícios	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO AO NATURAL, BENEFICIADOS, OU CONSERVADOS, TAIS COMO: AÇUCAR, ADOÇANTE, ÁGUA MINERAL, BEBIDAS, CAFÉ, CARNES EM GERAL, CEREAIS, CHÁS, CONDIMENTOS, FRUTAS, GELO, LEGUMES, REFRIGERANTES, SUCOS, TEMPEROS, VERDURAS E AFINS.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	THIAGO ALBUQUERQUE FLORENCIO	20.000,00
15/2018	Pregão Presencial - 7/2018	2/2018		Peças e Acessórios Para Veículos	PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS EM GERAL: ÁGUA DESTILADA, AMORTECEDORES, BATERIAS, BORRACHAS, BUZINA, CABOS DE ACELERADOR, CABOS DE EMBREAGEM, CÂMARA DE AR, CARBURADOR COMPLETO, CIFA, COLAR DE EMBREAGEM, CONDENSADOR E PLATINADO, CORREIAS, DISCO DE EMBREAGEM, IGNIÇÃO, JUNTA HOMOCINETICA, LÂMPADAS E LANTERNAS PARA VEÍCULOS, LONAS E PASTILHAS DE FREIO, MANGUEIRAS, MATERIAL UTILIZADO EM LANTERNAGEM, E PINTURA, MOTOR DE REPOSIÇÃO, PARA-BRISA, PARA-CHOQUE, PLATO, PNEUS, REPAROS, RETENTORES, RETROVISORES, ROLAMENTOS, TAPETES, VALVULA DA MARCHALENTA ETERMOSTÁTICA, VELAS E AFINS., ACESSORIOS PARA VEICULOS QUE POSSAM SER DESINCORPORADOS, SEM PREJUÍZO DOS MESMOS PARA APLICACAO EM OUTRO VEICULO, TAIS COMO: AR CONDICIONADO - CAPOTA - RADIOTOCA-FITA PEÇAS EM GERAL	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	EKIP&SOM EQUIPADORA LTDA - ME	544.365,00
14/2018	Inexigibilidade - 2/2018	2/2018		Serviços Prestados Por Profissional do Setor Artístico	CONTRATAÇÃO DO SHOW MUSICAL DE CIEL RODRIGUES PARA ANIMAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE AMANCIPIAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	CICERO DE SOUZA SANTOS - COMERCIO E SERVIÇOS - ME	50.000,00
13/2018	Pregão Presencial - 6/2018	2/2018	Menor Preço	Serviço de Teleprocessamento (provimento de internet)	SERVIÇOS DE TELEPROCESSAMENTO, TAIS COMO:LOCAÇÃO DE LINK DE INTERNET, VPN, SEGURANÇA DE COMUNICAÇÕES, ETC	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	EDILSON LEITE DA SILVA SERVIÇOS DE REDE E COMUNICAÇÕES ME	36.408,00
12/2018	Pregão Presencial - 5/2018	2/2018		Material de Limpeza, Conservação e Higiene	MATERIAIS, DESTINADOS A HIGIENIZAÇÃO PESSOAL, DE AMBIENTES DE TRABALHO, DE HOSPITAIS, TAIS COMO: ALCOOL ETILICO ANTICORROSIVO, APARELHO DE BARBEAR DESCARTAVEL, BALDE PLASTICO, BOMBA PARA INSETICIDA, CAPACHO, CERA, CESTO PARA LIXO, CREME DENTAL, DESINFETANTE, DESODORIZANTE, DETERGENTE, ESCOVA DE DENTE, ESCOVA PARA ROUPAS E SAPATOS, ESPANADOR, ESPONJA, ESTOPA, FLANELA, INSETICIDA, LUSTRA-MOVEIS, MANGUEIRA, NAFTALINA, PA PARA LIXO, PALHA DE AÇO, PANOS PARA LIMPEZA, PAPEL HIGIENICO, PASTA PARA LIMPEZA DE UTENSILIOS, PORTA-SABÃO, REMOVEDOR, RODO, SABÃO, SABONETE, SACO PARA LIXO, SAPONACEO SODA CAUSTICA, TOALHA DE PAPEL, VASSOURA E AFINS.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	XIMENES E ALVES MERCADINHO LTDA	468.829,00
11/2018	Leilão - 1/2018	2/2018	Maior Lance ou Oferta	Serviços Prestados Por Profissionais Com Habilitação Especifica	ALIENAÇÃO ATRAVÉS DE LEILÃO PÚBLICO, DOS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	OSMAN DOBRAL E SILVA	8.000,00
10/2018	Tomada de Preços - 4/2018	2/2018	Menor Preço	Locação de Equipamentos e Veículos de Terraplenagem	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM, TAIS COMO TRATOR, RETROSCAVADEIRA, PATROL E AFINS.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	MEGA MAK TRANSPORTE E LOGÍSTICA CANAVIEIRA	258.240,00
9/2018	Regime Diferenciado de Contratações (RDC) - 1/2018	2/2018	Menor Preço	Locação de Veículos	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE SERVIDORES E OUTRAS PESSOAS COM A FINALIDADE DE CUMPRIR AS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	J BENEDITO CORDEIRO DA SILVA	14.432,00
8/2018	Pregão Presencial - 4/2018	2/2018		Gêneros Alimentícios	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO AO NATURAL, BENEFICIADOS, OU CONSERVADOS, TAIS COMO: AÇUCAR, ADOÇANTE, ÁGUA MINERAL, BEBIDAS, CAFÉ, CARNES EM GERAL, CEREAIS, CHÁS, CONDIMENTOS, FRUTAS, GELO, LEGUMES, REFRIGERANTES, SUCOS, TEMPEROS, VERDURAS E AFINS.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	XIMENES E ALVES MERCADINHO LTDA	552.678,50
7/2018	Tomada de Preços - 3/2018	2/2018	Menor Preço	Obras	CONTRATAÇÃO DE EMPREENHEIRA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA	Não	Processo Adjudicado /	MEGA MAK TRANSPORTE E LOGÍSTICA	186.225,78



RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.					Homologado / Ratificado / Concluído	CANAVEIRA	
6/2018	Pregão Presencial - 3/2018	2/2018	Menor Preço	Serviço de Teleprocessamento (provimento de Internet)	Não	Edital Publicado / Processo Deserto	
5/2018	Dispensa - 1/2018	2/2018		Locação de Imóveis	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	ROBERLÂNIO ALEXANDRE DA SILVA 35.000,00
4/2018	Pregão Presencial - 2/2018	2/2018	Menor Preço	Locação de Veículos	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	LOKE ALUGUEL DE CARROS & SERVIÇOS EIRELI 1.224.188,00
3/2018	Tomada de Preços - 2/2018	2/2018	Menor Preço	Obras	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	CPM CONSTRUTORA LTDA-EPP 256.611,56
2/2018	Tomada de Preços - 1/2018	2/2018	Menor Preço	Obras	Não	Edital Publicado / Processo Anulado	
1/2018	Pregão Presencial - 1/2018	2/2018	Menor Preço	Serviço de Locação de Softwares	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	AGILI SOFTWARES BRASIL LTDA 17.700,00

Fundo Municipal de Saúde de Terezinha

Nº Proc. / Ano	Mod. Nº / Ano	Portaria	Critério Julgamento	Objeto	Objeto Conforme Edital	SRP	Estágio/Situação	Licitantes Vencedores	Valor Gl. Licit.(R\$)
12/2018	Regime Diferenciado de Contratações (RDC) - 1/2018	2/2018	Menor Preço	Serviço	SELECIONAR ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA FIRMAR PARCERIA, POR MEIO DE TERMO DE COLABORAÇÃO, GARANTINDO A OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DE ISONOMIA, LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, IGUALDADE, DO JULGAMENTO OBJETIVO E DOS QUE LHE SEJAM CORRELATOS	Não	Edital Publicado / Em Andamento		
11/2018	Pregão Presencial - 8/2018	2/2018		Material de Expediente	MATERIAIS PARA EXPEDIENTE EM GERAL: BORRACHAS, PAPEL OFÍCIO, COLA, CLIPS, CARIMBOS, CANETAS, CADERNOS, CORRETORES, ESTILETES, EXTRATORES DE GRAMPOS, GRAMPOS, LÁPIS, FITAS PARA MÁQUINAS E AFINS.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	JMA BOOK PAPILO LTDA - EPP	132.988,90
10/2018	Dispensa - 1/2018	2/2018		Serviço		Não	Processo Instaurado / Processo Revogado		
9/2018	Pregão Presencial - 7/2018	2/2018	Menor Preço	Serviços Hospitalares	SERVIÇOS HOSPITALARES, TAIS COMO: ANÁLISES CLÍNICAS, CIRURGIAS, CONSULTAS, ECOGRAFIAS, ENDOSCOPIAS, ENFERMAGEM, ESTERILIZAÇÃO, EXAMES DE LABORATÓRIO, RAIÓ-X, TOMOGRAFIAS, TRATAMENTO ODONTOLÓGICO, ULTRASONOGRAFIAS E AFINS.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	ROBERT F. R OLIVEIRA EIRELI - ME	26.950,00
8/2018	Pregão Presencial - 6/2018	2/2018		Aparelhos, Equipamentos Médico-odontológicos, Hospitalares e Laboratoriais	QUALQUER APARELHO, UTENSÍLIO OU EQUIPAMENTO DE USO MÉDICO, ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR QUE NÃO SE INTEGREM ÀS INSTALAÇÕES, OU A OUTROS CONJUNTOS MONITORES. NO CASO	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	CIRÚRGICA BOA VISTA COM. LTDA - ME	28.876,00



Documento Assinado Digitalmente por: MATHIEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO, JORDALINO CAVALCANTE NETO
 Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam?codigoDoDocumento=14166f1fb-6495-493e7-9484-72e139d4ec>

					DE FAZEREM PARTE DE INSTALAÇÕES OU OUTROS CONJUNTOS, DEVERÃO SER CONSIDERADOS COMPONENTES, TAIS COMO: AFASTADOR, ALARGADOR, APARELHO DE ESTERILIZAÇÃO, APARELHO DE RAIO X, APARELHO DE TRANSFUSÃO DE SANGUE, APARELHO INFRAVERMELHO, APARELHO PARA INALAÇÃO, APARELHO DE ULTRAVIOLETA, BALANCA PEDIÁTRICA, BERÇO AQUECIDO, BIOMBO, BOTICÃO, CADEIRA DE DENTISTA, CADEIRA DE RODAS, CÂMARA DE INFRAVERMELHO, CÂMARA DE OXIGÊNIO, CÂMARA DE RADIOTERAPIA, CARRO-MACA, CENTRIFUGADOR, DESTILADOR, ELETRO-ANALISADOR, ELETROCARDIOGRÁFICO, ESTETOSCOPIO, ESTUFA, MACA, MEDIDOR DE PRESSÃO ARTERIAL (ESFIGMOMANÔMETRO), MEGATOSCOPIO, MESA PARA EXAMES CLÍNICOS, MICROSCOPIO, TENDA DE OXIGÊNIO, TERMOCAUTERIO E AFINS.				
7/2018	Pregão Presencial - 5/2018	2/2018		Veículos Automotivos	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA, TAIS COMO: AMBULANCIA, AUTOMÓVEL, BASCULANTE, CACAMBA, CAMINHÃO, CARRO-FORTE, CONSULTÓRIO VOLANTE, FURGÃO, LAMBRETA, MICROONIBUS, MOTOCICLETA, ONIBUS, RABECAO, VASSOURA MECÂNICA, VEICULO COLETOR DE LIXO E AFINS.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	GVEL GARANHUNS VEICULOS LIMITADA	118.900,00
6/2018	Pregão Presencial - 4/2018	2/2018	Menor Preço	Serviços Gráficos e Editoriais	SERVIÇOS DE ARTES GRÁFICAS, DE PROGRAMAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL, TAIS COMO: CONFECÇÃO DE IMPRESSOS EM GERAL, ENCADERNACÃO DE LIVROS, JORNAIS E REVISTAS, DIAGRAMAÇÃO, IMPRESSÃO DE JORNAIS, BOLETINS, ENCARTES, FOLDER E ASSEMELHADOS E AFINS.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	JM Brasileiro de Lima ME	193.500,00
5/2018	Pregão Presencial - 3/2018	2/2018		Gêneros Alimentícios	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO AO NATURAL, BENEFICIADOS, OU CONSERVADOS, TAIS COMO: AÇÚCAR, ADOÇANTE, ÁGUA MINERAL, BEBIDAS, CAFÉ, CARNES EM GERAL, CEREAIS, CHÁS, CONDIMENTOS, FRUTAS, GELÓ, LEGUMES, REFRIGERANTES, SUCOS, TEMPEROS, VERDURAS E AFINS.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	XIMENES E ALVES MERCADINHO LTDA	728.900,98
4/2018	Pregão Presencial - 2/2018	2/2018		Medicamentos	MEDICAMENTOS OU COMPONENTES DESTINADOS À MANIPULAÇÃO DE DROGAS MEDICAMENTOSAS, TAIS	Não	Processo Adjudicado / Homologado /	Drogafonte Ltda	48.400,88
					COMO: MEDICAMENTOS, SORO, VACINAS E AFINS.		Ratificado / Concluído		
3/2018	Tomada de Preços - 2/2018	2/2018	Menor Preço	Obras	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REMANESCENTE NA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO SÍTIO ALTO DO CAIXÃO.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	SUIÇA DO AGRESTE EMPREENDIMENTOS LTDA-ME	131.000,11
2/2018	Tomada de Preços - 1/2018	2/2018	Menor Preço	Obras	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTE DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO SÍTIO LAJES.	Não	Julgamento Concluído / Em Andamento		
1/2018	Pregão Presencial - 1/2018	2/2018		Medicamentos	MEDICAMENTOS OU COMPONENTES DESTINADOS À MANIPULAÇÃO DE DROGAS MEDICAMENTOSAS, TAIS COMO: MEDICAMENTOS, SORO, VACINAS E AFINS.	Não	Edital Publicado / Processo Revogado		

MAPA DEMONSTRATIVO DE LICITAÇÕES - EXERCÍCIO 2018

Declaro para os devidos fins que as informações presentes neste documento refletem a situação atual desta Unidade Gestora, referente aos Processos Licitatórios. Ademais, estou ciente que a omissão de informações poderá implicar a aplicação de pena de multa pelo TCE/PE, conforme previsto no Art. 73 da Lei Estadual nº 12.600/2004 e alterações posteriores, além das sanções previstas nas Resoluções do SAGRES. O não fornecimento do Mapa Demonstrativo de Licitações, implica, subsidiariamente, na incompletude da Prestação de Contas Anual dos jurisdicionados.

Fundo Municipal de Assistência Social Terezinha

Nº Proc. / Ano	Mod. Nº / Ano	Portaria	Critério Julgamento	Objeto	Objeto Conforme Edital	SRP	Estágio/ Situação	Licitantes Vencedores	Valor Gl. Licit.(R\$)
1/2018	Pregão Presencial - 1/2018	2/2018		Gêneros Alimentícios	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	XIMENES E ALVES MERCADINHO LTDA	479.405,50



8 - OBRAS REALIZADAS

As obras realizadas estão evidenciadas no e-TCE, através do item 46 da resolução TC nº 48/2018. Como também, foi demandado pela Controladoria Geral que os relatórios fossem encaminhados mensalmente para a Secretaria responsável pelos documentos do Portal da Transparência. O qual é elaborado pela Equipe engenharia da Prefeitura Municipal de Terezinha

9 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Municipal n.º LEI Nº 31, de 04 de outubro de 2017 (Lei Orçamentária Anual), determinou a previsão anual para as receitas e despesas do exercício de 2018.

Ficando estabelecidas das seguintes formas:

Títulos	Total
Receitas Correntes	25.473.900,00
Receitas Tributárias	410.760,00
Receitas de Contribuições	692.000,00
Receita Patrimonial	187.750,00
Receita de Serviços	20.650,00
Transferências Correntes	23.416.110,00
Outras Receitas Correntes	746.630,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	717.000,00
Receitas de Contribuições	717.000,00
Receitas de Capital	2.388.300,00
Alienação de Bens	35.500,00
Transferências de Capital	2.352.800,00
Dedução da Receitas	-2.179.200,00
Dedução da Receitas Correntes	-2.179.200,00
TOTAL	26.400.000,00



I - Por Categoria Econômica:

Discriminação da Categoria Econômica	Total
Despesas Correntes	21.473.200,00
Pessoal e Encargos Sociais	12.822.500,00
Juros e Encargos da Dívida	4.600,00
Outras Despesas Correntes	8.646.100,00
Despesas de Capital	4.166.800,00
Investimentos	3.990.800,00
Inversões Financeiras	5.000,00
Amortização da Dívida	171.000,00
Reserva de Contingência	760.000,00
Reserva de Contingência	750.000,00
Reserva Financeira do RPPS	10.000,00
TOTAL	26.400.000,00

Da análise dos Anexos da Lei 31 e suas possíveis inconsistências, se verificadas, serão apontadas aos setores responsáveis.

10 - DA DOCUMENTAÇÃO MENSAL

As mesmas foram analisadas na geração dos Relatórios, SIOPE, SIOPS, SICONFI. Despesas da Contabilidade.

11 - DOS CRÉDITOS ADICIONAIS:

11.1 - Foram abertos no exercício, através dos Decretos do Poder Executivo, conforme tabelas em anexo. Do anexo ITEM 48 – da Prestação de Contas da Resolução Nº 48/2018 de 19 de dezembro de 2018.

12 - GESTÃO PATRIMONIAL:

12.1.1 - Na área patrimonial, o controle interno orientou para um recadastramento e reavaliação dos bens móveis e imóveis à disposição do Poder Executivo em consonância com a nova contabilidade pública.

Realizou-se o tombamento de Bens de Emendas da Saúde, com equipamentos destinados a Serviços da Saúde Saúde.



13 – DECRETO LEI N.º 200/67:

13.1. - O Decreto Lei 200/67, em relação ao Controle Externo, tem como objetivo: criar as condições para eficácia do Controle Externo, e conferência dos Programas de Trabalho.

Em relação à criação de condições para a eficácia do Controle Externo, o Controle Interno atendeu prontamente, vez que, com a análise diária e com o efeito pedagógico de suas orientações, acabou por facilitar o cumprimento das Instruções Normativas e sumulares do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

A execução dos Programas de Trabalho e do Orçamento repete a exigência contida no inciso III, do art.75, da lei 4.320/64, que foi devidamente atendida por este Controle Interno. Assim, quando o plano Plurianual estabeleceu metas de resultados, o Controle Interno, verificou a EFICIÊNCIA e EFICÁCIA da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive orientou o gestor da necessidade de proceder à averiguação dos bens, avaliá-los e cadastrá-los, para todas as despesas, de entrega e pagamento parcelados, exigiu-se a confecção de contratos, conforme determina a lei 8.666/93.

O Controle Interno sempre se preocupou com a legalidade, legitimidade e economicidade dos contratos, como determinam o art. 70, da Constituição Federal.

Constatamos que a Prefeitura Municipal vem obedecendo às metas criadas nas Leis do PPA, LDO E LOA. As leis municipais foram publicadas em jornal de grande circulação no município, estabeleceu para o quadriênio 2013/2016 as metas e diretrizes do plano plurianual. Essa lei atende as modificações na área do planejamento estabelecida na Lei Complementar 101/2000.

O Órgão de Controle Interno considera que a execução orçamentária atendeu as determinações legais, atingindo as metas e diretrizes previstas no Plano Plurianual em relação ao Poder Executivo.

Em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, podemos dizer que as diretrizes foram criadas através de Lei Municipal que estabeleceu as diretrizes orçamentárias para 2015.

O Controle Interno considera que a execução do Orçamento de 2015 atendeu as determinações legais, atingindo as diretrizes previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o Executivo.

14 - EXTRAPOLANDO AS DETERMINAÇÕES LEGAIS :

Extrapolando as determinações legais relacionadas ao Controle Interno e às Instruções Normativas do egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco retro citadas, mas com a intenção de aprimorar o Controle concomitante da execução orçamentária, exibiremos outros itens conferidos por



este órgão de Controle Interno.

Verificamos:

- 1- a veracidade da estimativa do impacto orçamentário financeiro para a criação de despesas obrigatórias de caráter continuado;
- 2- que os instrumentos de transparência da gestão fiscal foram divulgados, conforme art. 48 da LC 101/00;
- 3- Acompanhamento da inclusão de dos dados no SAGRES; 4 – Acompanhar a implementação do Portal da transparência.

15 - ATUALIZAÇÃO NORMATIVA e METODOLOGIA:

A metodologia de trabalho adotada abrange os aspectos pertinentes ao conhecimento das ações do Poder Executivo, à percepção sobre as principais áreas de atuação, à compreensão sobre o funcionamento dos programas e respectivas ações, bem como a avaliação sobre as unidades responsáveis por sua gerência e implementação.

Com esta moderna metodologia ficou viável avaliar os resultados dos programas de gestão orçamentária, financeira e patrimonial quanto à eficácia e eficiência.

16 – TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

A Controladoria Geral do Município acredita que a transparência é o melhor antídoto contra corrupção, dado que ela é mais um mecanismo indutor de que os gestores públicos ajam com responsabilidade.

Uma gestão pública transparente permite à sociedade, com informações, colaborar no controle das ações de seus governantes, com intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam.

O estímulo à transparência pública é um dos objetivos essenciais da moderna Administração Pública. A ampliação da divulgação das ações governamentais a milhões de brasileiros, além de contribuir para o fortalecimento



da democracia, prestígio e desenvolve as noções de cidadania.

As Páginas de Transparência Pública dão continuidade às ações de governo voltadas para o incremento da transparência e do controle social, com objetivo de divulgar as despesas realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública, informando sobre execução orçamentária, licitações, contratações, convênios, diárias e passagens.

Dessa forma, dispõe a Prefeitura Municipal de Terezinha com a elaboração da minuta do decreto pela Controladoria e com a colaboração da Procuradoria Municipal para publicação, que constará informações e registros de cada órgão e entidade devendo ter sua página de transparência com informações detalhadas, podendo ser acompanhadas por tal link <http://www.terezinha.pe.gov.br/transparencia>.

17 – CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES

Podemos afirmar que a implantação e o aprimoramento frutaram de constante atualização vêm favorecer o alcance de melhores resultados na aplicação de recursos públicos pela avaliação prévia das ações de Governo. Ao evidenciar as fragilidades, procurou-se, antes de qualquer medida administrativa, alertar os agentes sobre a necessidade de adotar ações corretivas com a intenção de robustecer a efetividade das ações públicas em benefício da sociedade.

Desta feita, o foco no resultado e na segurança dos controles internos tem permitido que as ações do Órgão de Controle Interno contribuam diretamente para a melhoria da gestão governamental.

Este relatório de Controle Interno exibiu preocupação com o controle concomitante da Execução Orçamentária do Poder Executivo. Buscou-se atender além das exigências dos mandamentos legais relacionados ao Controle Interno.

Assim, buscou-se EFETIVIDADE no gasto público, que é a conjugação plena da eficiência econômica com eficácia social.

Sabemos da importância da Controladoria, também no aspecto de assessoramento do Gestor e, dentro do nosso limite de conhecimento, procuramos auxiliá-lo no aspecto técnico da melhor forma possível, tendo em vista que toda a execução dos serviços são de Responsabilidade dos Gestores



Municipais. O trabalho diário do Controle Interno buscou preservar os Princípios da Administração Pública Pátria exibidos no art. 37 da Constituição Federal, mas preservando também os princípios da economicidade e eficácia, analisando os contratos, os Atos da Administração, conduta do gestor e servidores, operacionalidade dos órgãos e zelando pela coisa pública.

Chamamos a atenção ao chefe do executivo para que atente no que diz respeito ao art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à limitação de empenhos, para que não haja um endividamento do município e salientamos ainda a preocupação para com o índice de pessoal, constando no terceiro quadrimestre que o índice ultrapassou o limite máximo de 54%, assim PONTUAMOS NO ITEM 7.3 a recomendação deste controle, com vistas à regularização do mesmo para o próximo exercício de 2019.

Informamos ao Gestor e aos Secretários municipais, ITEM 7.4, a situação das Obrigações Junto ao INSS, Junto ao IPSET, orientamos que seja regularizado com a maior brevidade possível, tendo em vista o bom andamento das atividades e a saúde e o equilíbrio financeiro do município perante os órgãos federais.

Sendo estas o que temos para o momento, concluímos aguardando que as recomendações sejam atendidas, e posto em prática as orientações deste controle interno, como também das legislações Estaduais, Municipais e Federais vigentes.

Terezinha- PE, 25 de março de 2019

Jordalino Cavalcante Neto

Controlador-Geral do Município



Documento Assinado Digitalmente por: MATHEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO, JORDALINO CAVALCANTE NETO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: dde6f1cb-6495-43e7-948a-c72ce139d4ec